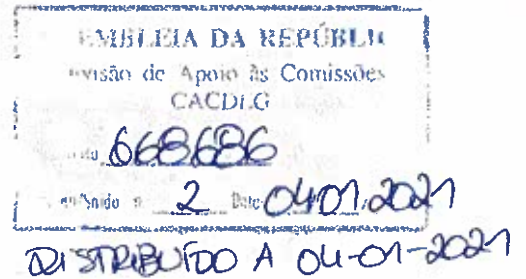




GRUPO PARLAMENTAR



Na reunião do 6 de Janeiro de 2021,
foi aprovado por unanimidade,
na ausência do CDS-PP e do
CH.

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,
Dr. Luís Marques Guedes

REQUERIMENTO

Notícias recentes dão conta que o Governo terá invocado três argumentos falsos para justificar a escolha do magistrado José Guerra para o cargo de Procurador Europeu de Portugal.

De acordo com notícias, a carta confidencial enviada pelo Governo para o Conselho Europeu a 29 de novembro de 2019, a que tiveram acesso alguns órgãos de comunicação social, revela isso mesmo, pois refere que o Dr. José Guerra (i) é procurador-geral adjunto, quando o seu currículo mostra que é apenas procurador da República; (ii) que liderou a investigação ao caso UGT, quando o magistrado desempenhou apenas funções como procurador do julgamento; e (iii) dirigiu a 9.ª secção do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, “o maior departamento nacional no âmbito da criminalidade económico-financeira”, quando a Procuradoria-Geral da República já veio desmentir essa afirmação, salientando que o Departamento Central de Investigação e Ação Penal é a maior estrutura do Ministério Público ao nível da investigação do crime económico, de âmbito nacional, sendo que, a nível regional, a 9.ª secção do DIAP de Lisboa é a secção de maior volume de serviço dos DIAP’s regionais.

Em outubro último, por impulso do PSD, a Senhora Ministra da Justiça veio ao Parlamento explicar a escolha do Dr. João Guerra por parte do Governo português, em preterição da candidata melhor posicionada pelo júri internacional no concurso aberto para a seleção dos três candidatos designados por Portugal.

A instâncias do PSD, que insistiu no sentido de conhecer as razões concretas que o Governo português terá apresentado junto do Conselho Europeu para sustentar a escolha feita, a Ministra da Justiça salientou que a documentação, que agora veio a público, era de carácter reservado e, por isso, não a poderia enviar ao Parlamento.

Importa agora, perante estas recentes notícias, ouvir com a maior brevidade possível o que a Senhora Ministra da Justiça tem a dizer sobre esta situação inaudita e de extrema gravidade.



GRUPO PARLAMENTAR

Nesse sentido, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD requerem a audição urgente, na 1ª Comissão, da Senhora Ministra da Justiça para prestar os esclarecimentos necessários sobre este assunto.

Palácio de S. Bento, 31 de dezembro de 2020

Os Deputados do PSD,

· Carlos Peixoto

Mónica Quintela

Márcia Passos

André Coelho Lima

Catarina Rocha Ferreira

Luis Marques Guedes

Fernando Negrão

Emília Cerqueira

André Neves

Artur Soveral Andrade

Sandra Pereira

Sara Madruga da Costa

Duarte Marques

Hugo Carneiro

José Cancela Moura

Lina Lopes